

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MEMÓRIAS E NARRATIVAS ORAIS NA RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS E SUJEITOS: uma sublevação à história oficial de Itapagipe (1976-2018)

Maria Rita de Jesus Barbosa
Doutoranda em História Social PUC/SP.
Professora da SEE/MG e SME de Itapagipe/MG.
mariaritabarbosa@outlook.com

Resumo

Ler a história oficial de Itapagipe é conhecer a história de famílias proprietárias de terras e com expansão desse poder econômico no campo da política local. Uma única fonte escrita procura dar conta da história local da cidade, um livro escrito na última década do século XX “Nossa História”, procura dar conta de toda a história da cidade que surgiu no final do século XIX, como vilarejo de Santo Antônio. Essa narrativa uníssona é reforçada por monumentos, fontes iconográficas, indumentárias e outros objetos pertencentes as “famílias conhecidas”, uma narrativa que heroiciza homens brancos, cristãos e proprietários de terra. A história “oficial” é contada e ensinada nas escolas de educação básica da cidade e do município, reforçando para crianças e jovens pertencentes a outros grupos étnico-raciais a falta de reconhecimento como participantes e integrantes da história da cidade de Itapagipe. A história oficial da cidade foi produzida a partir do silenciamento de camponeses, homens e mulheres pobres, de descendentes de africanos, mas um dos episódios mais interessante nessa narrativa oficial é ocultamento de um dos bairros mais populares da cidade, que posteriormente a escrita do livro “Nossa História” desapareceu a partir de políticas públicas de reestruturação do espaço e das moradias. Nesse contexto o bairro do Pito Aceso, “lugar de gente pobre e preta” desapareceu. Mas a memória do Pito Aceso continua a sendo atualizada para as gerações mais jovens que não conheceram o espaço físico do bairro, mas em um processo que alguns intelectuais chamam de memória compartilhada e Maurice Halbwachs descreveu como memória coletiva, as histórias do Pito Aceso continuam reverberando em outros espaços da cidade, como nas salas de aula, em conversas ou conflitos entre estudantes brancos e negros. O antigo bairro do Pito Aceso hoje transformado em Cohab I e II, surgiu no final da década de 1970, durante o processo de mecanização do campo, em que camponeses pobres, lavradores e meeiros de terras foram expulsos das terras que viviam, juntamente com suas famílias. O bairro, hoje Cohab I e II, visto como ameaça pelos moradores da região central da cidade e de bairros “nobres”, enfrentou e continua enfrentando um processo de destruição física de seus espaços de cultura e lazer concomitante as suas manifestações culturais, algumas sendo ressignificadas pelo poder público e outras sofrendo um ocultamento. Como explicar para crianças e jovens que o seu lugar de vivências não faz parte da história escrita da cidade, e é tratado em conversas em informais como um lugar de gente perigosa, é descrito na documentação oficial como um espaço que precisava desaparecer ou sendo necessário ressignificá-lo para que continuasse existindo, como um território civilizado.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Palavras-chave: Memória, História Oral, Ensino de História, Itapagipe.

Biografias Negras em Itapagipe

O projeto “Biografias Negras” desenvolvido entre os meses de maio e novembro ano de 2018, na Escola Estadual Santo Antônio, juntamente com as turmas de 9º ano e a comunidade Itapagipense tendo como objetivo chamar a atenção para o protagonismo negro e para as diferentes formas de luta e resistência da população afro-brasileira no tempo. Mas esse protagonismo não teria como foco, somente, personagens negras conhecidas nacionalmente, o objetivo foi igualmente valorizar pessoas negras da comunidade itapagipense. Muitas destas pessoas estão esquecidas, mesmo realizando funções e trabalhos de relevância para a cidade, no entanto não garante status e dificilmente são reconhecidos pela sociedade itapagipense.

O silêncio de muitos moradores e autoridades em relação à participação da população negra na formação do município, também me motivou na realização desse projeto, que envolve um reconhecimento com essa parte da população, que sempre esteve às margens da história da cidade de Itapagipe.

A leitura de textos historiográficos, jornalísticos, testemunhos, a interpretação de imagens, a seleção de vídeos foram alguns recursos disponibilizados para os alunos, procurando oferecer-lhes suporte teórico e bibliográfico, com o objetivo não apenas de informar, mas que permitissem aos alunos interpretar e reinterpretar o papel desempenhado pelas populações negras historicamente na sociedade brasileira e compreender as questões debatidas atualmente advindas do racismo, a discriminação de cor e outras violências correlatas a partir do fenótipo.

A primeira parte do projeto, Biografias Negras, foram compostas pelas entrevistas. Um grupo de alunos, das turmas de 9º ano, entrevistou uma senhora benzedeira, procurada por várias pessoas da comunidade itapagipense, principalmente, mães com os bebês para que estes sejam protegidos, através das bênçãos dos mais diferentes males, quebrante, mal olhado, susto, entre outros. Os alunos compartilharam suas experiências em sala de aula anterior à exposição para a comunidade, foi possível

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ouvir dos alunos diferentes emoções, desde surpresa com a história de vida destas pessoas entrevistadas, compaixão, piedade, revolta.

Um cartaz foi produzido para a divulgação do projeto, não apenas entre os alunos da E. E. Santo Antônio como para toda a comunidade, conferir nos anexos. Durante a realização do projeto o cartaz ficou exposto no pátio e também divulgado na página do facebook da escola, como uma forma de incentivo aos alunos e para o conhecimento da comunidade.

Segundo Tania Navarro, “O imaginário religioso, nesta ótica, baseia, instiga, corrobora as ordens instituídas, sob o signo do ‘natural’ e do ‘verdadeiro’”. (NAVARRO, 2017). Os discursos dotados de autoridade religiosa sejam eles de qualquer religião, islâmico, cristão, judaico, invoca a autoridade divina e instituída e a tradição normativa para a naturalização do posicionamento social dos indivíduos em termos de hierarquia, superior e inferior, principal e secundário. O que significaria dizer aos mais pobres, entre eles uma grande parcela da população afro-brasileira, aceite a sua condição de pobre e preto, afinal “foi deus quem quis assim”¹.

O projeto foi iniciado em meados de 2018, no momento o tema era tratado entre as turmas do 9º ano através do conteúdo do livro didático² sobre a recolonização da África pelas potências europeias. Durante algumas aulas trabalhamos com textos, fotos e vídeos, que foram levadas pelos alunos, principalmente, de cidades africanas procurando desconstruir a ideia que a África é um lugar somente de miséria, guerras e doenças. Cidades africanas que remontam a construção ideológica que fazemos das cidades europeias.

O imaginário construído em relação ao atraso e miséria que assola a África e consequentemente as cidades africanas tornou-se extremamente sólido, contribuindo para que o ex-presidente Lula cometesse uma gafe na África, quando em 06 de novembro de 2003 visitou a capital da Namíbia, a qual teve que se desculpar posteriormente pela declaração. “Quem chega a Windhoek não parece que está na África. Poucas cidades no

¹ Discurso teológico que procura legitimar a crença generalizada no sobrenatural sendo legitimada por ele. Esse discurso é um produto necessário para legitimar a desigualdade social, é a justificação das posições sociais. Ver João Francisco Pereira Cabral/UNICAMP.

² Ver: JÚNIOR, Alfredo Boulos. História: sociedade & cidadania - Edição reformulada, 9º ano. 2. Ed. São Paulo: FTD, 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mundo são tão limpas, tão bonitas e têm um povo tão extraordinário como tem esta cidade.” (DELECRODE, 2010).

A pesquisa realizada pelos alunos teve como mérito retirar algumas pessoas da comunidade itapagipense do anonimato e sensibilizar alunos e comunidade para o descaso que muitos homens e mulheres negras são tratados. A escola recebeu muitas visitas no dia da exposição dos banners, contando um pouco da história dos entrevistados com o amparo da apresentação dos alunos das turmas de 9º ano, todas as entrevistas foram transformadas em banners.

Os entrevistados e entrevistadas foram no total oito pessoas, sendo três mulheres e 5 homens, com uma especificidade, todos moradores do antigo bairro do Pito Aceso. O bairro do Pito Aceso surgiu no final da década de 1970, nos arredores da cidade de Itapagipe, composto por famílias de trabalhadores camponeses expulsos das terras grandes fazendas do município com o processo de mecanização do campo. Essas famílias sem condições econômicas de adquirir moradias acabaram ocupando um terreno da prefeitura nos arredores da cidade e construindo nesse espaço seus barracos e, principalmente, casinhas de pau a pique.

O bairro começou a crescer, rapidamente, com a chegada de muitas famílias vindas de várias localidades do município, mas com quase totalidade do abandono do poder público em relação as condições de vida e moradia daquelas famílias. O Pito Aceso, era lugar de gente pobre e preta, “gente de bem não passava por lá”. Nos dias hodiernos o bairro ganhou outros nomes, foi sendo modificado ao longo dos anos, a partir da reestruturação urbana da cidade, o território³ do Pito Aceso foi dividido e nomeado em três bairros, Cohab I, Cohab II e Jardim Costa.

A tentativa das autoridades públicas de banir oficialmente o nome do bairro Pito Aceso não se concretizou como o esperado, o significado de viver no Pito Aceso para os seus moradores parece ser uma mistura de alegria, mas marcada pela exclusão social e representações sobre os significados de morar em um bairro onde à maioria da população é preta.

³ Território é apresentado neste artigo a partir do conceito de Raquel Rolnik. Rolnik define território como uma ideia de espaço vivido, não só um espaço geográfico delimitado, mas um espaço apropriado e constituído por relações sociais, por relações culturais.

Ver: ROLNIK, Raquel. LEI E POLÍTICA: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, São Paulo, (18), mai. 1999.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A ideia do Projeto Biografias Negras surgiu também a partir dos relatos orais e escritos de alunos e alunas, moradores do antigo bairro do Pito Aceso, que compartilharam, durante as nossas aulas de história, os significados e representações de viver naquele território, é ter como apelido “neguinho do Pito Aceso”.

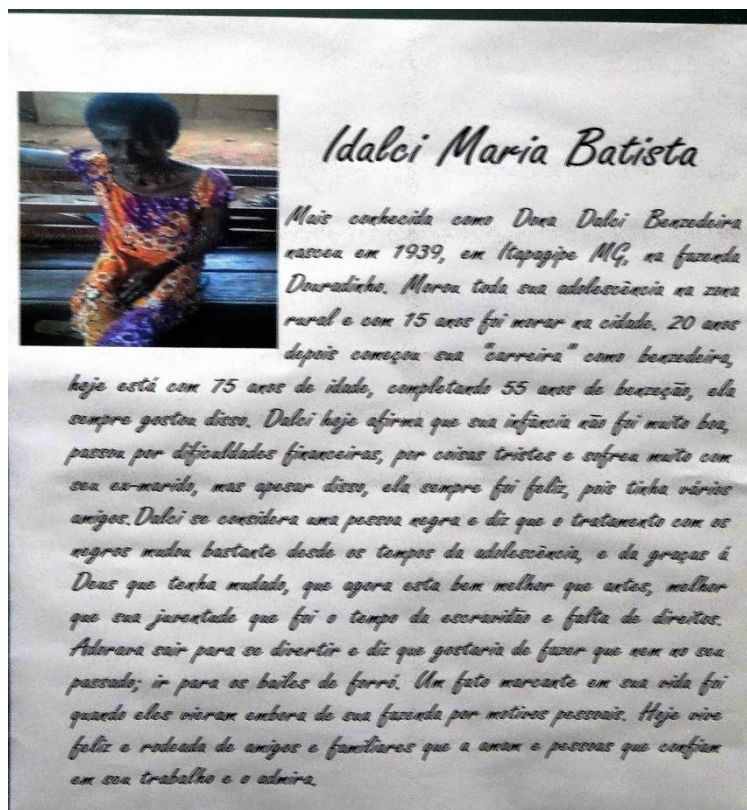
Pito Aceso e suas histórias

O Projeto Biografias Negras teve como proposta ouvir e escrever biografias de pessoas negras da comunidade Itapagipense, como o território negro da cidade é o espaço do antigo bairro Pito Aceso, os entrevistados foram homens e mulheres moradores do bairro, com exceção de um senhor morador do campo.

Uma das entrevistadas foi Idalci Maria Batista ou Dona Dalci, como é conhecida na comunidade nos remete a várias questões. Dona Dalci conta em trechos de sua entrevista sobre a infância pobre, a escassez de alimentos e várias outras dificuldades, sua adolescência relata como tempos de escravidão e falta de direitos, relatando que aos 15 anos foi obrigada a deixar a sua fazenda para morar na cidade. No entanto, não deixa evidentes quais motivos a obrigaram sair do campo. Dona Dalci afirma ser uma pessoa negra e diz estar feliz com a “profissão de benzedeira”, completando 55 anos de benção, declarando que é reconhecida e respeitada pela comunidade pelo trabalho que desenvolve, não se esquecendo de agradecer a Deus sempre, algo muito comum as pessoas com menos oportunidade de acesso ao capital cultural.

IMAGEM - I

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fotografia de Idalci Maria Batista

Fonte da pesquisadora: Projeto Biografias Negras.

Escola Estadual Santo Antônio. 20 nov. 2018.

Outro entrevistado que chamou muito a atenção entre os alunos foi o senhor Alcides, atualmente ele exerce o ofício de catador de papelão nas ruas da cidade Itapagipe. No cotidiano da cidade o senhor Alcides é um sujeito, praticamente, invisível. Na entrevista que concedeu aos alunos afirmou suas origens rurais, assim como Dona Idalci, mas diferentemente dela que diz se considerar uma pessoa feliz, mesmo tendo passando por várias dificuldades, o senhor Alcides não fala em felicidade.

O senhor Alcides deixa evidente em sua fala durante a entrevista,⁴ sobre o sofrimento vivido durante os muitos anos de trabalho duro na roça, assim descreve toda a sua vida de trabalho em serviços braçais. A partir do relato do seu Alcides, procuramos compreender a presença significativa do trabalhador negro em serviços braçais no campo. Para isso torna-se necessário retomarmos o período do processo de apropriação da terra e da formação do território brasileiro, desde a colonização das terras brasileiras.

⁴ As entrevistas citadas aqui dizem respeito às realizadas pelos alunos do 9º ano, através do Projeto Biografias Negras da E. E. Santo Antônio, sobre a coordenação da autora. Itapagipe, nov. 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conforme Oliveira Andrade nos primeiros tempos da colonização do Brasil, marcado por mais de três séculos de escravidão africana, o negro foi utilizado nas mais ínfimas funções no meio rural.

[...] inicialmente, o trabalhador rural era o escravo - indígena nos primeiros tempos, e negro, em seguida - adquirido pelos proprietários de terra e utilizado no trabalho de plantação [...]. O escravo era utilizado ainda no desmatamento, na abertura de caminhos, na construção de edifícios e na cultura da terra, sempre sob o controle de feitores [...]. (ANDRADE, 1994, p. 2001).

Aos negros escravizados reserva-se além do preconceito de cor, o preconceito em relação ao trabalho. Entre os senhores brancos do século XIX no Brasil, predominava a aversão ao trabalho manual, identificado como trabalho de escravo. Em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, extinguiu-se legalmente a escravidão no Brasil, no entanto mesmo depois de alforriado o ex-escravizado continuou a ser discriminado. Conforme Andreilino Campos: "A esses povos eram negados os direitos básicos de cidadão onde o Império e governos posteriores não lhes forneceram nenhum benefício, sobretudo o acesso à terra." (CAMPOS, 2005, p.41).

Os povos que Campos se referem são os afro-brasileiros, que apesar da abolição continuaram a ocupar no mercado de trabalho os piores postos, os subempregos, aqueles relegados pelos brancos. No campo, raro foram os afrodescendentes que tiveram acesso a algum pedaço de terra negado, principalmente, com a aprovação da Lei das Terras⁵. Mas muitos africanos e afrodescendentes, ainda que a escravidão tivesse sido abolida, continuaram nas fazendas a realizar "o serviço duro", como o senhor Alcides se refere na entrevista.

Somando com dona Idalci e o senhor Alcides foram mais sete pessoas entrevistadas, pelos alunos do 9º ano, durante a realização do projeto, somente uma dessas pessoas, a partir da análise das entrevistas, demonstrou não possuir relação com o trabalho no campo.

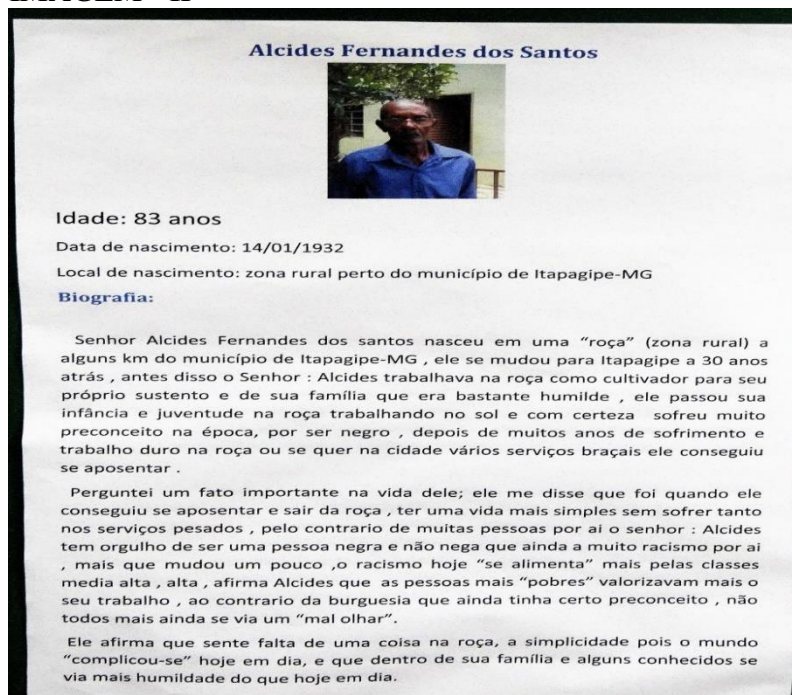
Outra fala que chama atenção no depoimento do senhor Alcides referisse em como ele pensa que os outros vêm seu trabalho, e como se sente em relação a ser vítima

⁵ Aprovada em 1850 a Lei das Terras, instituiu a compra como única forma de aquisição das terras. Dessa forma inviabilizava os sistemas de posse ou doação, para transformar uma terra em propriedade privada. Assim o ex-escravos enfrentariam enormes restrições para possivelmente conseguirem alcançar a condição de pequeno proprietário.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de racismo. Segundo o senhor Alcides as pessoas de classe média alta, e alta seriam mais racistas, assim como os mais pobres valorizariam mais seu trabalho de catador de papelão, definindo com as seguintes palavras a visão de alguns, pertencentes às classes mais ricas da cidade de Itapagipe, em relação ao seu trabalho, “[...] não todos, mas ainda se via um olhar mau.”⁶

IMAGEM - II



Fotografia de Alcides Fernandes dos Santos
Fonte da pesquisadora: Projeto Biografias Negras.
Escola Estadual Santo Antônio. 20 nov. 2018.

A desconfiança e o temor do senhor Alcides em relação aos mais ricos, possui fundamentação teórica entre os vários pesquisadores das questões raciais. Conforme Ribeiro Júnior os números referentes ao tráfico negreiro, ou seja, a diáspora forçada de africanos para o Brasil, não deixam dúvida quanto à dimensão da participação dos negros africanos e crioulos na construção das culturas brasileiras, “[...] participação que apesar de evidente as elites brasileiras constantemente tentaram e tentam condenar ao esquecimento.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2007, p. 179).

⁶ Alcides Fernandes dos Santos, entrevista concedida aos alunos do 9º ano, da E. E. Santo Antônio no decorrer do “Projeto Biografias Negras”. Itapagipe, nov. 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O negro participou na formação cultural e social, trabalhou para a formação econômica do país, mas essa participação foi silenciada pelas elites brasileiras. Mas o que significa ser negro?

Para Fanon o negro tem de sê-lo diante do branco, pois os elementos utilizados para definir o negro não foram fornecidos por eles, mas pelo outro, o branco. “[...] que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos.” (FANON, 2008, p. 105).

As características fenotípicas do negro, como a cor de sua pele o rotula socialmente, o corpo negro é inscrito como marca de identidade. Nesse sentido conforme Hall o negro é transformado em uma categoria de essência. “Somos tentados a exibir o significante “negro” como um dispositivo que pode agregar a todos negros e negras, policiando as fronteiras políticas, simbólicas e posicionais como se fossem genéticas.” (HALL, 2003, p.345). Negro não deve ser definido como uma categoria única em uma direção homogênea, segundo Hall existe um conjunto de diferenças históricas e experiências que devem ser consideradas e que localizam, situa e posiciona o povo negro em diferentes contextos históricos.

Ao negro é negada a sua identidade individual, ela é substituída por uma identidade plural. O que faz com que o sujeito negro seja compreendido de acordo com a essencialização de seu grupo étnico-racial. De acordo com Viviane Fernandes e Maria Cecília de Souza, em seu artigo, “Identidade negra entre a exclusão e a liberdade” (FERNANDES, 2017). Afirmam que um negro representa todos os negros e um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. “Ou seja, na relação social, a “marca” que lhe é impingida faz recair sobre ele um olhar de descrédito que impede que ele possa ser percebido pela totalidade de seus atributos e de forma individual. ” (FERNANDES, 2017).

Logo no Brasil o negro perde suas características individuais, sendo definido pelo grupo, através da cor da pele e de um passado comum, que remete a todos os negros, principalmente um passado ligado à escravidão, submissão e exclusão.

Os entrevistados durante a realização do projeto “Biografias Negras e Redação Premiada”, tanto Dona Idalci se declara uma pessoa negra, como o senhor Alcides, inclusive afirmando ter orgulho de ser negro, no entanto declarar-se negro no Brasil é menos comum que se espera. Trata-se de um processo a ser construído historicamente,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em uma sociedade que padece de um racismo disfarçado. Como destaca Souza, ser negro no Brasil é tornar-se negro. “Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (SOUZA, 1983, p.77).

Ser negro no Brasil é uma questão que se mostra bastante complexa, pois aqui o negro pode embranquecer, em termos sociais. Ser negro significa assumir uma identidade negra⁷? A construção de uma identidade social faz-se a partir da afirmação positiva e o estabelecimento de um sentido de pertencimento a um grupo social de referência, aqui, os negros. Essa identidade pode ser abandonada e substituída, nesse sentido se reafirma a importância da construção de processos identitários positivos de pertencimento ao grupo negro. A construção dessa identidade é gradativa inicia-se nas primeiras relações sociais, no âmbito familiar e vai tendo desdobramentos, posteriormente na escola e através de outras relações que os sujeitos vão estabelecendo.

Como a escola lida com essa questão, da construção de uma identidade negra positiva. Segundo Gomes é um desafio enfrentado por negros e negras no Brasil. “[...] em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]” (GOMES, 2005, p.43).

A escola pode interferir no processo de construção da identidade negra, ou de forma positiva ou a estigmatizando, isso vai depender de como ela e os professores se posicionam diante do negro e sua cultura. A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e nós, professores, como agentes responsáveis pela transmissão desse saber, não nos tornamos responsáveis na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão?

Considerações e Reflexões: Possíveis Mudanças nos Alunos

Com o projeto “Biografias Negras”, o debate ampliou-se do âmbito escola/comunidade, discussões a partir de textos historiográficos em torno do protagonismo negro e as diferentes formas de luta e resistência utilizada pelos africanos e afro-brasileiros na busca de liberdade e conquista de direitos na sociedade brasileira. O

⁷ A identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Ver Nilma Lino Gomes/2011.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diálogo com textos, imagens, pesquisa e vídeos que expressam as condições atuais da população afrodescendente e denunciam a vigência do preconceito de cor e do racismo.

Após o acesso aos diferentes aportes, os alunos formularam suas concepções sobre o racismo, estas concepções foram construídas em forma de redação. Participaram do projeto todas as turmas de 9º ano da Escola Estadual Santo Antônio. Os textos foram selecionados e os três melhores foram premiados. Os critérios observados, apresentação do tema, discussão teórica e histórica, capacidade argumentativa e objetivo final, possíveis meios para a busca de uma solução para as situações de discriminação e o preconceito racial.

A observação in loco das relações interpessoais entre professores/alunos, alunos/alunos pode ser considerada uma atenuante diante de minha posição de pesquisadora, mas não me desobriga da utilização metodológica como a aplicação de questionários aos alunos participantes da pesquisa, entrevista com alguns membros do corpo docente da escola.

Os questionários remetidos aos alunos das turmas de 9º ano, participantes do projeto, pareceram demonstrar que o debate possa ter produzido possíveis reflexões nas turmas. Uma turma de 9º ano foi selecionada para responder o questionário contendo questões relacionadas à auto identificação cor/raça e às demais sobre preconceito, discriminação e racismo, vivenciado ou presenciado.

As classificações raciais e de cor presentes nos questionários estão de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE, que utiliza preto, pardo, branco, amarelo e indígena, para classificar a cor da população brasileira.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

IMAGEM - III

3) A sua cor é:
 parda indígena preta amarela branca

4) Qual o significado de raça para você?

5) A sua raça é:
 parda indígena preta amarela branca

6) Entre branco, negro e indígena, como você se classificaria?
 NEGRO BRANCO INDÍGENA

7) Você é racista ou tem preconceito racial e de cor?
 NÃO SIM UM POUCO

8) Você conhece alguém próximo ou não de você que seja racista?
 NÃO SIM

9) Você já foi vítima de racismo?
 NUNCA CONSTANTEMENTE ALGUMAS VEZES?

10) Caso já tenha sido vítima de racismo ou preconceito racial, descreva o fato.

11) Você conhece alguém que foi vítima de racismo ou preconceito racial?

Questionário aplicado aos alunos da turma de 9º ano.

Fonte da pesquisadora: Projeto Biografias Negras.

Escola Estadual Santo Antônio, 2018.

Um total de 28 alunos entre 14 e 16 anos responderam os questionários. Foram 14 meninas e 14 meninos, no quesito cor, 16 alunos se declararam pardos, 08 brancos, 02 pretos e 02 indígenas, no item raça dois alunos que haviam declarado de cor branca, porém se auto-identificaram da raça indígena. No entanto o interessante é que confrontando este resultado dos questionários com as fichas de matrículas, dos alunos que participaram da pesquisa, os dados alteraram de forma drástica.

No ato da matrícula na Escola Estadual Santo Antônio, existe à necessidade de preencher o campo relacionado à cor do aluno, caso o item não seja respondido, a escola não consegue cadastrar o aluno no SIMADE. Na turma do 9º ano, de acordo com o que foi respondido pelos pais, responsáveis ou mesmo pelos alunos, somente dois alunos haviam se declarado pardos, não constando um único indígena e 26 deles se declararam brancos, informações um tanto distintas daquelas respondidas pelos alunos no questionário.

As matrículas são realizadas, geralmente, no início do ano letivo, os questionários da pesquisa foram respondidos pelos alunos no início do mês de dezembro, poucos dias após o encerramento do projeto, Biografias Negras, o que permite supor que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

as mudanças nas respostas dos alunos tenham sido motivadas pelo envolvimento no projeto.

No Brasil, a classificação racial leva em consideração o caráter miscigenado da população, uma vez que o tratamento dado à pessoa se diferencia, principalmente, a partir da cor, sendo que quanto maior aproximação do fenótipo branco menor a chance de ser discriminado. Neste sentido, os sujeitos de cor preta são mais passíveis de discriminação racial, que os das categorias de cor intermediárias, como o pardo. Explicando o porquê de muitos pais no momento da matrícula optarem por uma categoria intermediária, declarando a cor de seus filhos como parda, esquivando-se ao máximo da categoria preta ou negra.

A cor da pele dos indivíduos representa o fenótipo perceptível, que os coloca em condições passíveis de serem vítimas de discriminação. De acordo com D' Adesky:

[...] todo o indivíduo de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminado por não corresponder, total ou parcialmente, aos cânones ocidentais, e cuja projeção de uma imagem inferior ou depreciada representa uma negação de reconhecimento igualitário, bem como a denegação de valor de uma identidade de grupo e de uma herança cultural e uma herança histórica que geram a exclusão e a opressão [...] (D' ADESKY, 2001, p.34).

Outro dado interessante, sendo o número idêntico de participantes de ambos os sexos, o número de alunas que se declaram de cor parda foi bem superior ao dos meninos, entre as 14 alunas, apenas 02 se declararam branca, 01 preta e 01 indígena, as demais se declaram pardas, no entanto entre os meninos o número ficou 01 de cor preta, 01 indígena, 06 pardos e os restantes brancos, o interessante é que este resultado não é compatível com o declarado nas fichas de matrícula ao contrário os dois alunos classificados como pardos na ficha de matrícula são do sexo masculino.

Outra interrogação presente no questionário e que considero relevante para o debate empreendido nesta pesquisa, questiona sobre como os alunos se classificam em relação ao racismo e o preconceito de cor, 27 alunos declararam não serem racistas, apenas 01 declarou ser um pouco.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. **Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização de pobreza**: a expansão da agroindústria canaveira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ARAUJO, Jurandir de Almeida. **A efetivação da Lei 10.639/03 na percepção dos militantes/ professores negros baianos**. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 216-232, 2015, p. 222.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela – A produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

D’ ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros Hoje**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DELECRODE, Carla. Nunca antes na história deste país: Top 10 frases mais inacreditáveis de Lula. **OPINIÃO & NOTÍCIA**. 18 ago. 2010.

Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/brasil/politica/%E2%80%9Cnunca-antes-na-historia-deste-pais%E2%80%9D-top-10-frases-mais-inacreditaveis-de-lula/>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Viviane Barboza, SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. USP, São Paulo, n. 63, abr. 2016, p.103-120. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 43. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/.../10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobr>. Aceso 15 jan. 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidade e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte/Brasília, Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 345.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Educação e tolerância democrática diálogos antirracistas no limiar do século XXI. **CADERNOS DE HISTÓRIA**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 177-191, set. 2007, p. 179.

ROLNIK, Raquel. LEI E POLÍTICA: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, São Paulo, (18), mai. 1999.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.